

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Introdução

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento da contratação, apresentando os estudos técnicos necessários para definição da solução que atenderá à necessidade da Administração, nos termos do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Ouro Preto do Oeste IPSM desempenha papel fundamental na gestão dos recursos previdenciários dos servidores públicos municipais, garantindo o acesso aos benefícios legalmente previstos.

A realização de perícias médicas previdenciárias constitui requisito indispensável para a concessão, manutenção, reavaliação e suspensão de benefícios previdenciários, especialmente aqueles decorrentes de incapacidade permanente (invalidez), bem como para a análise de processos judiciais, de compensação previdenciária no Sistema COMPREV e para a homologação de programas necessários à concessão de aposentadoria especial.

A perícia médica é instrumento técnico essencial para a avaliação da capacidade laborativa dos segurados, assegurando que os benefícios sejam concedidos somente àqueles que atendam aos critérios legais, protegendo o erário público e garantindo a sustentabilidade do regime próprio de previdência social.

Além disso, laudos periciais tecnicamente fundamentados reduzem a ocorrência de litígios judiciais, proporcionando maior segurança jurídica às decisões administrativas do IPSM.

A legislação previdenciária federal e municipal exige que determinados benefícios sejam concedidos mediante avaliação médica especializada, tornando a perícia médica uma obrigação legal da Autarquia.

Ao analisar o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do IPSM, constata-se a inexistência de cargo de médico perito ou de profissional da área da saúde apto a realizar tais atividades, o que inviabiliza a execução direta dos serviços.

Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de contratação de empresa especializada para atender às demandas periciais do Instituto.

2. DO OBJETO

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objeto avaliar a viabilidade da contratação de empresa especializada para a prestação de serviços médicos periciais destinados a atender às demandas do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Ouro Preto do Oeste IPSM, compreendendo:

- Perícia médica previdenciária para reavaliação periódica das aposentadorias por incapacidade permanente (invalidez);
- Perícia médica previdenciária para avaliação de concessão de aposentadoria por incapacidade permanente (invalidez);
- Acompanhamento de perícias judiciais;
- Análise de processos de compensação previdenciária no Sistema COMPREV;
- Homologação dos programas necessários à concessão de aposentadoria especial (LTCAT, PPP, PPRA e PCMSO);
- Análise técnica de PPP e LTCAT para fins de conversão de tempo especial em comum.

2.2 FORMA DE ATENDIMENTO

2.2.1 Os serviços objeto da presente contratação deverão ser realizados no Município de Ouro Preto do Oeste RO, em instalações físicas próprias da contratada, com utilização de pessoal e materiais sob sua inteira responsabilidade, inclusive quanto ao fornecimento de acesso à internet e equipamentos de informática, sendo de sua responsabilidade exclusiva e integral todos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais decorrentes da execução dos serviços, não podendo tais ônus, em nenhuma hipótese, ser transferidos à Autarquia.

2.2.2 Os serviços relacionados à análise de processos de compensação previdenciária no Sistema COMPREV serão executados de forma online, considerando que o referido sistema opera exclusivamente em ambiente virtual. Nos demais casos, a documentação necessária para a emissão dos laudos poderá ser tramitada por meio do sistema DIGIPROC, em ambiente controlado e seguro.

2.2.3 A prestação dos serviços ocorrerá por demanda, mediante solicitação expressa do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Ouro Preto do Oeste IPSM, devidamente formalizada e encaminhada por meio do sistema DIGIPROC, correio eletrônico, aplicativo de mensagens instantâneas ou de forma física, contendo a descrição do serviço a ser realizado.

2.2.4 A contratada deverá realizar o agendamento das perícias no prazo máximo de 07 (sete) dias corridos, contados do recebimento da solicitação, e encaminhar os respectivos laudos médicos devidamente assinados no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a realização das avaliações periciais.

2.2.5 É vedada a cobrança direta ao beneficiário de quaisquer valores decorrentes dos serviços prestados.

2.2.6 O IPSM reserva-se o direito de fiscalizar permanentemente a execução dos serviços contratados, não sendo permitida a subcontratação ou transferência do objeto contratado a terceiros sem prévia e expressa autorização da Administração.

2.2.7 Na data agendada para a realização dos serviços presenciais no Município de Ouro Preto do Oeste, um servidor do IPSM será responsável por encaminhar à contratada os processos e demais documentações necessárias para subsidiar os trabalhos periciais.

2.3. DETALHAMENTO DO OBJETO E QUANTITATIVO DE SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS.

2.3.1 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT
01	Perícia médica previdenciária, a ser realizada por junta médica, para reavaliação periódica das aposentadorias por incapacidade permanente (invalidez), com emissão de laudo conclusivo quanto à manutenção ou reversão do benefício, conforme legislação vigente.	UN	90
02	Perícia médica previdenciária, realizada por junta médica, para avaliação de concessão de aposentadoria por incapacidade permanente (invalidez), com emissão de laudo conclusivo quanto ao deferimento ou indeferimento do benefício, conforme legislação vigente.	UN	40
03	Contratação de empresa especializada em perícias médicas, para acompanhamento de Perícias Judiciais.	UN	10
04	Análise de processos de compensação previdenciária no Sistema COMPREV, quando decorrentes de aposentadoria por incapacidade permanente (invalidez).	UN	20
05	Homologação dos programas necessários à concessão de aposentadoria especial, nos termos da Súmula Vinculante nº 33/2014, incluindo LTCAT, PPP, PPRA e PCMSO.	UN	10
06	Análise técnica de Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) e LTCAT para fins de conversão de tempo especial em comum, conforme legislação vigente.	UN	10

4. DA DOCUMENTAÇÃO DA DEMANDA

4.1. RISCOS DECORRENTES DA DEMANDA:

Em eventual não contratação dos serviços que aqui se trata, ocasionaria a suspensão da concessão de benefícios, onde a legislação exige a realização da perícia médica como requisito.

A suspensão da concessão de benefícios pelo IPSM, mesmo que de forma temporária quando necessária para a instrução de processos administrativos e judiciais, pode gerar diversos riscos e prejuízos, tanto para a própria Administração quanto para os segurados do Instituto. A falta de perícias médicas pode atrasar significativamente a resolução de processos administrativos e judiciais, causando transtornos para os segurados e para a própria Administração, podendo levar ao aumento de recursos e ações judiciais, gerando custos adicionais ao erário do IPSM

4.2. DA URGÊNCIA DA DEMANDA:

A demanda desta contratação é urgente devendo ser concretizado o mais rápido possível, respeitando os prazos determinados em lei.

4.3. LEVANTAMENTO DA ÚLTIMA CONTRATAÇÃO:

A contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviços de perícia médica, se deu através do processo administrativo nº 104/2019, sendo prorrogado para os anos posteriores, conforme embasado na lei de licitações e contratos utilizada para a contratação no período.

5. LEVANTAMENTOS DE MERCADO

5.1. DAS SOLUÇÕES DE MERCADO:

Existem várias formas de solucionar a necessidade de contratação de perícia médica, cada uma com suas vantagens e desvantagens:

Solução 01 - Concurso Público

Descrição: Realização de concurso público para a contratação de médicos peritos como servidores permanentes do Instituto.

Vantagens:

Criação de um quadro fixo de peritos, garantindo continuidade e familiaridade com os processos do Instituto.

Maior controle sobre a qualidade e padronização dos serviços.

Desvantagens:

Processo de seleção é longo e burocrático.

Custos elevados com a remuneração e benefícios dos servidores públicos.

Solução 02 - Terceirização

Descrição: Contratação de empresas/profissionais especializados em prestação de serviços de perícia médica, que fornecem toda a infraestrutura e equipe necessária.

Vantagens:

Redução da carga administrativa, já que a empresa contratada gerencia todos os aspectos da perícia.

Flexibilidade para ajustar a quantidade de peritos conforme a demanda.

Desvantagens:

Necessidade de monitoramento rigoroso para garantir a qualidade dos serviços terceirizados.

Solução 03 - Telemedicina e Laudos Remotos

Descrição: Utilização de tecnologias de telemedicina para realizar perícias médicas à distância, permitindo que médicos de outras localidades ofereçam seus serviços.

Vantagens:

Acesso a uma maior variedade de especialistas, independentemente da localização geográfica.
Possibilidade de reduzir custos com deslocamento e infraestrutura física.

Desvantagens:

Dependência de uma infraestrutura tecnológica robusta.
Potenciais desafios na avaliação médica sem o contato físico direto com o paciente.

Melhor Solução: A contratação de uma empresa e/ou profissional especializado via licitação oferece o melhor equilíbrio entre qualidade, custo e flexibilidade. Essa abordagem garante que o IPSM tenha acesso a serviços de perícia médica de alta qualidade, com capacidade para atender tanto a demanda regular quanto situações extraordinárias. Ressaltando que a contratação de pessoa jurídica para a realização de perícias médicas, contribui para a segurança jurídica do IPSM, pois garante a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, economicidade e eficiência, além de mitigar riscos de contestações judiciais.

7. BENEFÍCIOS ESPERADOS

Os resultados pretendidos com a implementação da solução de credenciamento médico para o IPSM incluem:

- a) Melhoria na Eficiência Operacional, garantindo que a realização de perícias médicas seja conduzida de forma eficiente e sem atrasos.
- b) Redução dos prazos para a realização de perícias e emissão de laudos, melhorando o fluxo de trabalho e atendimento aos segurados.
- c) Redução de Custos associados à contratação de médicos peritos.
- d) Economia significativa com a adoção de um modelo de pagamento por serviço prestado, em comparação com contratos de longo prazo ou modelos de contratação mais rígidos.
- e) Flexibilidade na Gestão de Demanda com a possibilidade de ajustar rapidamente a quantidade de médicos peritos conforme a demanda.
- f) Assegurar que os serviços de perícia médica atendam a altos padrões de qualidade.
- g) Reduzir a complexidade na gestão dos contratos e serviços de perícia com uma gestão mais eficiente com menos contratos individuais e uma rede de profissionais já credenciados, simplificando o processo administrativo.
- h) Melhorar a experiência dos segurados com o processo de perícia médica.
- i) Garantir que todos os processos e serviços estejam em conformidade com as regulamentações vigentes.

A implementação do credenciamento médico visa criar um sistema ágil, econômico e de alta qualidade para a realização de perícias médicas. Com esses resultados pretendidos, o IPSM poderá oferecer um serviço mais eficiente e satisfatório aos segurados, ao mesmo tempo que otimiza seus recursos e melhora a gestão dos serviços médicos.

8. DA LEGISLAÇÃO E NORMA TÉCNICA APLICÁVEL:

8.1. Legislação específica sobre o objeto:

Lei Municipal 2.582/2019 DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE/RO

Pro Gestão/ Manual versão 3.5;

Portaria 1.467/2022;

Lei Geral de Proteção de Dados LGPD 13.709/2018.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, III, da Lei nº 14.133/2021)

9.1. REQUISITOS FUNCIONAIS

O serviço a ser contratado visa atender a autarquia para realização de perícias médicas para fins de emissão de laudos periciais para a instrução de processos administrativos de Aposentadoria por Invalidez e revisão destas, avaliação do enquadramento em processos administrativos de compensação previdenciária (COMPREV) entre os regimes próprios de previdência (RPPS) e o regime geral de previdência (RGPS); e demais encaminhamentos do IPISM para fins de instrução em processos administrativos e judiciais.

9.2 REQUISITOS NÃO FUNCIONAIS / TECNOLÓGICOS

9.2.1. Pessoa Jurídica para prestação de serviço de Perícia Médica.

A prestação de serviços de perícias médicas de qualidade, exige a consideração de diversos requisitos não funcionais que vão além das funcionalidades básicas do sistema. Estes requisitos garantem que o serviço seja prestado de forma eficiente, confiável, segura e em conformidade com as normas e regulamentações aplicáveis.

9.2.2 Requisitos de Qualidade:

- Acuracidade dos laudos periciais: Os laudos emitidos pelos médicos devem ser precisos, completos, consistentes e baseados em critérios médicos, objetivos e atualizados;
- Imparcialidade dos peritos: Os médicos devem ser imparciais e livres de conflitos de interesse, garantindo que suas avaliações sejam realizadas de forma ética, justa e objetiva.
- Competência profissional dos peritos: Os médicos devem possuir formação médica adequada;
- Eficiência na realização das perícias: As perícias médicas devem ser realizadas de forma eficiente, minimizando o tempo de espera dos pacientes e otimizando os recursos do RPPS.
- Satisfação dos segurados: Os segurados devem estar satisfeitos com o atendimento recebido durante as perícias médicas, incluindo a qualidade da avaliação, o tempo de espera e o tratamento recebido pelos médicos.

9.2.3 Requisitos de Eficiência:

- Agilidade na realização das perícias: As perícias médicas devem ser agendadas e realizadas de forma ágil, minimizando o tempo de espera dos pacientes.
- Otimização dos recursos: Os recursos do IPISM devem ser utilizados de forma otimizada na prestação dos serviços de perícias médicas, buscando a melhor relação custo-benefício.

9.2.4 Requisitos de Segurança:

- Confidencialidade dos dados dos pacientes: Os dados dos pacientes devem ser tratados com confidencialidade, de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e outras normas aplicáveis.
- Segurança da informação: As informações dos segurados e do RPPS devem ser protegidas contra acessos não autorizados, perda de dados e ataques cibernéticos.

9.3 REQUISITOS LEGAIS:

Requisitos Legais e Regulatórios:

- Cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD): A empresa prestadora de serviços de perícias médicas deve cumprir todas as disposições da LGPD, incluindo a obtenção do consentimento dos pacientes para a coleta e tratamento de seus dados pessoais.
- Conformidade com a Legislação do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Ouro Preto do Oeste /RO IPISM: Os serviços de perícias médicas devem ser prestados em conformidade com as normas do IPISM, incluindo os prazos para realização das perícias, os critérios para avaliação dos pacientes e os formatos (layout) dos laudos periciais.
- Obediência às leis e normas de saúde: A empresa prestadora de serviços de perícias médicas deve obedecer a todas as leis e normas de saúde aplicáveis, incluindo as normas do Conselho Federal de

Medicina (CFM) e dos Conselhos Regionais de Medicina (CRM).

9.3.1 Considerações Adicionais:

- **Acessibilidade:** Os serviços de perícias médicas devem ser acessíveis a pessoas com deficiência, de acordo com as normas da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI).
- **Atendimento humanizado:** Os pacientes devem ser atendidos com respeito, empatia e profissionalismo durante as perícias médicas.
- **Comunicação clara e transparente:** A empresa prestadora de serviços de perícias médicas deve manter uma comunicação clara e transparente com o IPSM e seus segurados, informando sobre os prazos, procedimentos e resultados das perícias.
- **Melhoria contínua dos serviços:** A empresa prestadora de serviços de perícias médicas deve buscar a melhoria contínua dos seus serviços.

10. DOS PRAZOS EM GERAL

10.1 PRAZO DA CONTRATAÇÃO:

A presente contratação terá a vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data da emissão da assinatura do contrato podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado nos termos da Lei nº 14133/2021.

11. REQUISITOS DE SEGURANÇA

11.1 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se integralmente pela sua equipe técnica, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando à execução dos trabalhos durante todo o contrato, dentro dos prazos estipulados, sob pena de ser considerada infração passível de aplicação de penalidades previstas, caso os prazos, indicadores e condições não sejam cumpridas.

11.2 A CONTRATADA estará sujeita às penalidades administrativas, civis e penais pelo descumprimento da obrigação assumida.

12. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DO CERTAME:

12.1 DO CRITÉRIO OBJETIVO DE JULGAMENTO DO CERTAME:

O julgamento objetivo das propostas no certame deverá ser realizado por MENOR PREÇO GLOBAL.

12.2 DOS CRITÉRIOS SUBJETIVOS DE ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Os requisitos de habilitação para escolha do futuro contrato deverão ser restritos e com fundamento no art. 70, inc. III, Lei 14.133/2021, os quais constarão do Edital da licitação:

- a) Capacidade jurídica;
- b) Regularidade fiscal, social e trabalhista;
- c) Capacidade econômico-financeira, restrita à comprovação da não existência de feitos falimentares e de recuperação judicial.

13. DA FORMA E CONDIÇÃO DE FORNECIMENTO

A contratação deverá ser continuada conforme descrito no objeto;

O pagamento será efetuado mediante realização dos serviços previamente solicitados pelo IPSM, segundo o valor pactuado no contrato, desde que haja regular liquidação da despesa nos termos deste documento;

14. DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES:

O Termo de Referência deverá fixar as responsabilidades e obrigações das partes contratantes em face dos requisitos, atividades e condições especificadas;

Na definição dos níveis mínimos de serviço, procurou-se definir indicadores e metas que favorecessem a adoção de práticas necessárias nos serviços a serem contratados e que refletissem as diferentes dimensões de resultado inerentes a este tipo de serviço.

15. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES E VALORES DA CONTRATAÇÃO

15.1 DO QUANTITATIVO ESTIMADO E METODOLOGIA DE CÁLCULO:

Pretende-se contratar pessoa jurídica para prestação de serviço de perícias médicas conforme as necessidades do IPSM, que foram apuradas a partir o número de segurados com benefício de Aposentadoria por incapacidade Laborativa concedidas pelo IPSM, sendo um total de 92 servidores aposentados até 26 de Janeiro 2026.

15.2 DOS VALORES ESTIMADOS DA CONTRATAÇÃO

Realizando-se levantamentos de preços de mercado para fins de orientar a fixação dos preços de referência que orientarão o critério de seleção do fornecedor, estima-se que o valor para Contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviços já citados, para atender as demandas do IPSM que trata esse Estudo Técnico é de R\$ **54.000,00**(Cinquenta e Quatro Mil Reais), considerando um período total de 12(doze) meses.

16. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente da contratação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício 2026, dos recursos administrativos consignados Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Ouro Preto do Oeste - RO IPSM. As despesas objeto deste Estudo estão previstas e adequadas à Lei nº 14.133/2021.

16.1 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Unidade Orçamentária: 2.10 IPSM-OPO-RO

Função Programática: 09.272.0001.2.076

Fichas: 460

Categoria Económica: 3.3.90.39.00

17. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há contratação correlatas, realizados pelo IPSM

18. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

Não há previsão de impactos ambientais.

19. MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO:

Conforme mencionado anteriormente, o serviço a ser contratado apresenta características padronizadas, podendo-se concluir que o objeto é comum, porém requer profissionais com formação e conhecimento adequado. Portanto, tem-se como melhor opção a modalidade de *Pregão Eletrônico*, nos termos da Lei nº 14.133/2021, uma vez que a referida modalidade traz diversos benefícios para a Administração Pública, como: economia, eficiência, transparência.

20. ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE

No que tange à viabilidade ou não da contratação aqui tratada, a equipe de planejamento frente a todos os dados e informações levantadas nos presentes estudos técnicos preliminares declara-a VIÁVEL e, sobretudo, ADEQUADA a solução proposta para atender a necessidade do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Ouro Preto do Oeste - IPSM no presente caso concreto.

21. Responsáveis

Informo que o presente Estudo Técnico Preliminar está apto a ser anexado aos autos do processo administrativo para contratação do objeto.

Ouro Preto do Oeste - RO, 26 de Janeiro de 2026.

LETÍCIA TURETA COELHO
Diretora de Administração

Ratificado por:

Sebastião Pereira da Silva
Presidente do IPSM
Portaria 001/CAF/2026